



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____ DE 25 de Janeiro de 2024.

Autor: Vereador Thomas Canellas

Partido: UNIÃO BRASIL (UB)

“Dispõe sobre concessão de DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE ao Excelentíssimo **JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS** e dá outras providências.”

“O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista as prerrogativas legais e regimentais, aprovou a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica concedido o DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE AO Excelentíssimo **JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS** pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Júlio José de Campos é professor, agrônomo, corretor e atua há 50 anos na política mato-grossense e nacional. Nasceu em Várzea Grande (MT) no dia 11 de dezembro de 1946, filho de Júlio Domingos de Campos e Amália Curvo de Campos. É viúvo da professora Izabel Campos (1945-2012) e pai de Laura, Consuelo, Júlio Neto e Sílvia.

Realizou os estudos primários no Grupo Escolar Pedro Gardés, em Várzea Grande, e os secundários no Colégio Estadual de Mato Grosso, em Cuiabá. Mais tarde, estudou em Goiás onde fundou e presidiu a Associação do Estudante Mato-Grossense em Goiás. Kursou agronomia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, exercendo o cargo de vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil entre 1967 e 1968.



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Formou-se em 1969 e, no ano seguinte, retornou à sua cidade natal, Várzea Grande, assumindo a Secretaria de Viação e Obras Públicas da prefeitura municipal. Ainda em 1970, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Foi engenheiro-chefe do Setor de Colonização e Operações da Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (Codemat) entre 1971 e 1972.

Sua atuação política começou em 1972 quando foi eleito prefeito de Várzea Grande com 26 anos. Foi vice-presidente do Consórcio Internacional de Desenvolvimento do Pantanal, entre 1974 e 1977, e membro do Conselho Estadual de Transporte do Estado de Mato Grosso entre 1975 e 1976, concluiu seu mandato de prefeito em 1977.

Após a prefeitura, entre 1977 e 1978, foi professor de cooperativismo da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Em novembro de 1978, foi eleito deputado federal, com 39.814 votos, a maior votação no estado. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se, em 1980, ao Partido Democrático Social (PDS), e tornou-se membro da comissão de fundação do partido no estado de Mato Grosso.

Entre 1980 e 1982, foi primeiro-secretário da comissão executiva do diretório nacional do PDS e secretário-geral da agremiação no estado de Mato Grosso. Durante essa legislatura, integrou a missão parlamentar que visitou o Japão e representou o Brasil no Encontro Anual de Líderes Jovens da América. Em 1983, fez parte da comissão do presidente da República, general João Batista Figueiredo, em missão especial à Bolívia.

Em novembro de 1982, foi eleito governador de Mato Grosso, com 203.605 votos. Durante seu governo, foi inaugurada a pavimentação da rodovia que liga Cuiabá a Porto Velho e foram construídas várias rodovias vicinais, somando-se dois mil quilômetros de novas estradas. Em maio de 1986, Júlio Campos se afasta do cargo de governador a fim de disputar uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte pelo PFL nas eleições de novembro. Eleito o constituinte mais votado do estado, com 61.002 votos, na legenda pefelista, Integrou na condição de titular a Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente da Comissão da Ordem Social e, como suplente, a Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Na Constituinte, votou a favor da proteção ao emprego contra despedida sem justa causa, do aiso prévio proporcional, da soberania popular, do presidencialismo e da nacionalização do subsolo. Na Assembleia Nacional Constituinte, foi autor da proposta que transformou o Pantanal Mato-Grossense em área de patrimônio nacional.

Nas eleições de outubro de 1990, concorreu a uma das vagas ao Senado pela mesma legenda. Eleito com 331.212 votos, novamente com a maior votação do estado, Júlio Campos assumiu o mandato em 1º de fevereiro de 1991. Em 1991 e 1992, presidiu a Comissão de Infra-Estrutura e integrou a Comissão de Educação, como titular, e as comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, como suplente. Ainda em 1993, em abril,



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

tornou-se primeiro-secretário do Senado Federal. Em 1994, integrou a delegação brasileira à XLIX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Entre 1997 e 1998, integrou no Senado as comissões de Fiscalização e Controle, de Educação, de Assuntos Sociais, e de Assuntos Econômicos, além da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Deixou o Senado em janeiro de 1999, ao final da legislatura, quando passou a se dedicar às atividades empresariais, tendo como foco no Grupo Futurista de Comunicação e empreendimentos de construção civil e imobiliários.

Ficou afastado da política até o ano de 2008, quando concorreu ao cargo de prefeito de Várzea Grande pelo Democratas (DEM), partido oriundo da refundação do PFL, um ano antes. Porém, com 45.688 votos recebidos, não obteve êxito, ficando com a segunda colocação no pleito. Nas eleições de outubro de 2010, voltou a candidatar-se, desta vez por uma vaga na Câmara dos Deputados, sendo eleito com 72.560 votos.

Nesta legislatura, assumiu vaga na Comissão de Ciência e Tecnologia e assumiu a presidência da Frente Parlamentar Mista dos Municípios e de Apoio aos Prefeitos e Vice-Prefeitos do Brasil.

Afastou-se da vida pública devido a um intenso tratamento de saúde, passando em 2017 por um transplante de fígado após três anos na fila de espera.

Em 2022 voltou à política, sendo eleito deputado estadual pelo União Brasil com 33,8 mil votos. Em seu primeiro ano de atuação parlamentar preside a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e é vice-presidente da Comissão de Relações Internacionais, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Institucional.

É irmão de Jayme Campos, ex-governador do estado entre 1991 e 1995 e atual Senador da República. Seu tio materno, Sílvio Curvo, foi senador pelo estado nos anos 1950. Entre seus vários primos, destacaram-se Roberto Campos, que foi embaixador, ministro do Planejamento, deputado federal e senador.

Sala de Sessões, 25 de Janeiro de 2024.

THOMAS CANELLAS (UNIÃO BRASIL)
Vereador



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E0A2-1551-D156-F614

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THOMAS CANELLAS DELUQUE (CPF 044.XXX.XXX-76) em 29/01/2024 09:42:27 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/E0A2-1551-D156-F614>